

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

CGC 75.832.170/0001-31

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 886 - Tel.: (043) 224-1151 -

CEP 86.315-000 - Santo Antônio do Paraíso - Pr

## VETO AO PROJETO DE LEI N.º 038/2013

O Prefeito Municipal de Santo Antonio do Paraíso, no uso de suas atribuições art. 50, parágrafo 1º e art. 66, inciso V, da Lei Orgânica Municipal de Santo Antonio do Paraíso Veta na sua totalidade a EMANDA MODIFICATIVA 01/2013 ao projeto de Lei 038/2013, por entender que a matéria fere o Princípio da Eficiência Administrativa, e Regimento Interno da Câmara Municipal de Santo Antonio do Paraíso e contrário ao interesse público e autonomia entre os poderes.

## RAZÕES DO VETO

### PRELIMINARMENTE

É atribuição do Prefeito vetar projetos de lei, total ou parcialmente conforme disposto no artigo 66, inciso V, da Lei Orgânica Municipal.-

### DO MÉRITO

Foi encaminhado ao chefe do executivo em 05 de novembro de 2013 para sanção o projeto de lei n.º 038/2013., que versa sobre a estimativa de RECEITA E FIXAÇÃO DESPESA.

Conforme prevê inciso VIII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal, são de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre.

(. . .)

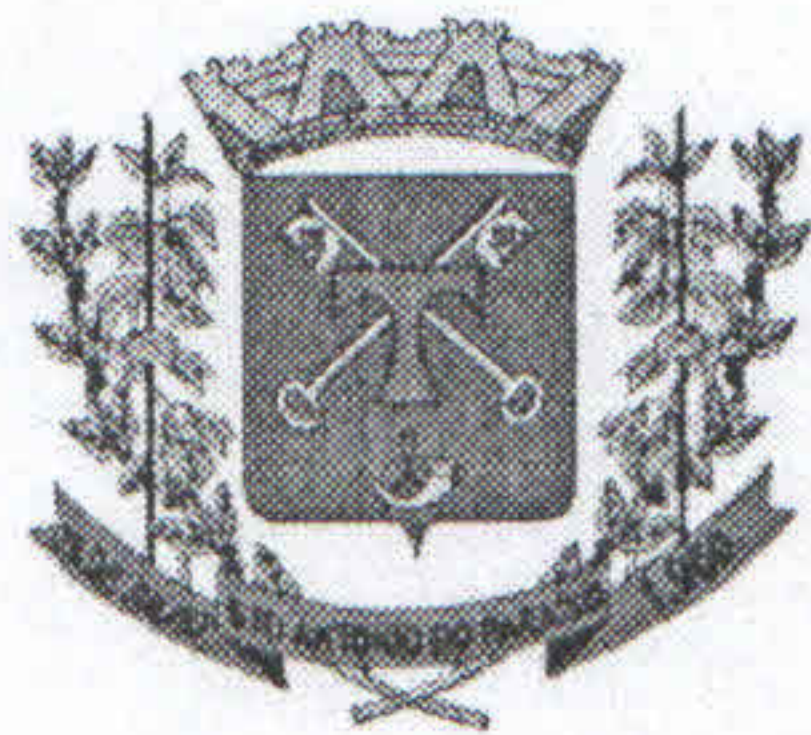
VIII - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administra municipal, na forma da lei;

Vejamos:

O Projeto de Lei enviado à Câmara de Vereadores pelo Chefe do Executivo Municipal estava dentro dos limites mínimos de aplicação na Educação e Saúde e conforme determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná o orçamento foi elaborado com equilíbrio entre as fontes de recursos, ou seja, igualdade entre receita e despesa por fonte de recurso.

A Emenda Modificativa proposta pelos Nobres Edis, ou seja, retira 50% (cinquenta por cento) de todos os valores orçados para diária e estes valores serem destinados para a Saúde, vem contra a proposta orçamentária onde consta valores alocados para diárias com recursos vinculados à Educação (fonte de recurso 1.103) e também vinculados ao IGD - SUAS (fonte de recurso 31.934) conforme segue:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

CGC 75.832.170/0001-31

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 886 - Tel.: (043) 224-1151 -

CEP 86.315-000 - Santo Antônio do Paraíso - Pr

06.002.08.244.0009.2.051 - IGD - SUAS

3.3.90.14.00.00 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL

Fonte de Recurso 31.934 no valor de R\$ 4.000,00

07.001.12.361.0010.2.054 - Manutenção da Escola Municipal Professora

Izabel Navarro Claro.

3.3.90.14.00.00 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL

Fonte de Recurso 1.103 no valor de R\$ 2.000,00

07.001.12.361.0010.2.055 - Manutenção do Departamento de Educação

3.3.90.14.00.00 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL

Fonte de Recurso 1.103 no valor de R\$ 3.000,00

07.003.12.365.0010.2.065 - Centro Municipal de Educação Infantil

3.3.90.14.00.00 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL

Fonte de Recurso 1.103 no valor de R\$ 2.000,00

Portanto, se ocorrer o cancelamento parte destas dotações e alocarmos para a Saúde, causaremos desequilíbrio financeiro nestas fontes de recurso, ou seja, elas terão a receita maior do que a despesa o que não é permitido.

Portanto, não cabe aos Nobres Edis apresentar modificações no corpo do Projeto de Lei como as que foram impostas.

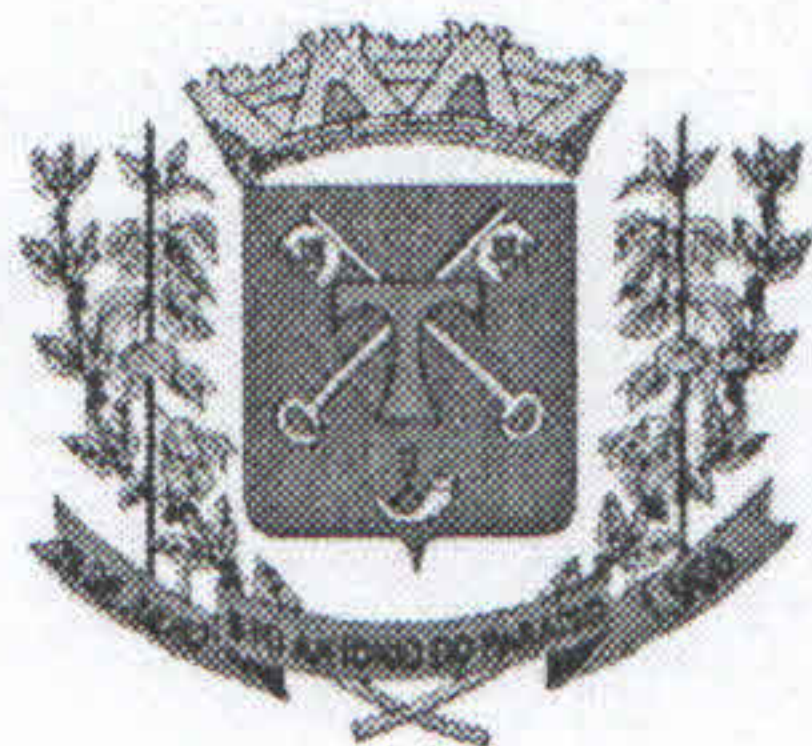
A nossa Constituição Federal em seu artigo 37 trás os princípios que a Administração Pública deve obedecer e entre eles está o **Princípio Da Eficiência**.

Eficiência não é um conceito jurídico, mas econômico. Não qualifica normas, qualifica atividades. Numa ideia muito geral, eficiência significa fazer acontecer com racionalidade, o que implica medir os custos que a satisfação das necessidades públicas importam em relação ao grau de utilidade alcançado. Assim, o *princípio da eficiência*, orienta a atividade administrativa no sentido de conseguir os melhores resultados com os meios escassos de que se dispõe e a menor custo. Rege-se, pois, pela regra de consecução do maior benefício com o menor custo possível.

Discorrendo sobre o tema, sumaria: *Dever de eficiência é o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros. (HELY LOPES MEIRELLES)*

Salientamos então que tal emenda vem na contra mão do Princípio da Eficiência uma vez que o cancelamento destas dotações e alocarmos para a Saúde, causaremos desequilíbrio financeiro no orçamento.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO**

CGC 75.832.170/0001-31

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 886 - Tel.: (043) 224-1151 -

CEP 86.315-000 - Santo Antônio do Paraíso - Pr


---

Se não bastasse a o que já foi exposto, a referida emenda modificativa fere art. 114, §1º, inciso, II e III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santo Antonio do Paraíso

Pelo exposto, fica demonstrado que a emenda modificativa n.º 01/2013 fere inciso VIII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal, Princípio Da Eficiência art. 37 da Constituição Federal e art. 114, §1º, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santo Antonio do Paraíso, portanto, não podendo figurar no mundo jurídico.

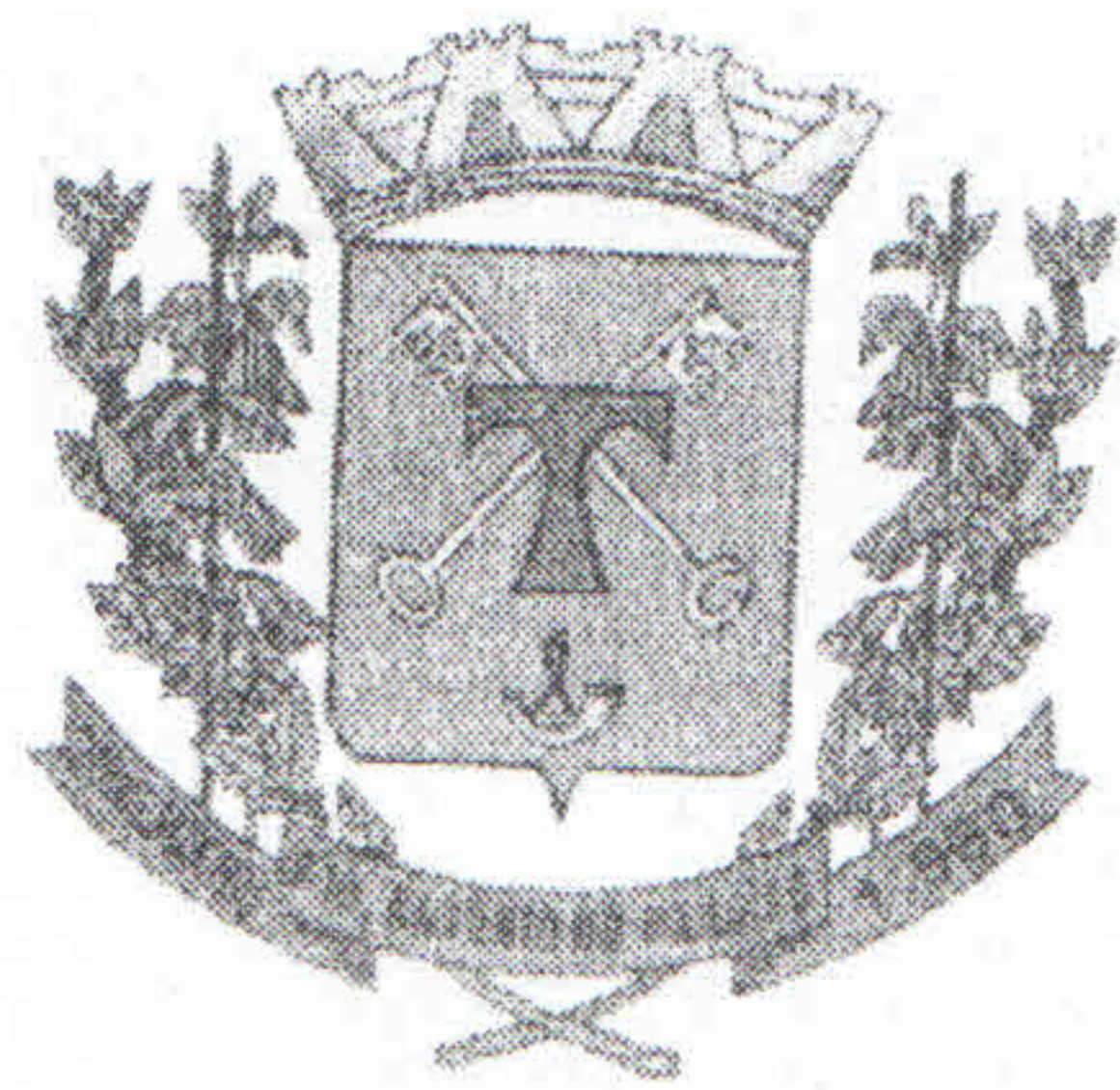
Santo Antonio do Paraíso, 19 de novembro de 2013.

  
**Devanir Martinelli**  
Prefeito Municipal

  
**José Donizete de Lima**  
Contador CRC n.º 044875/O-3

  
**Noracil A. Silva Junior**  
Advogado OAB/PR 24.119





# Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso

CNPJ Nº 75.832.170/0001-31

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 886 - Telefax (043)3224-1151 - Cep: 86315-000

Santo Antonio do Paraíso - Estado do Paraná

## PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI 038/2013.

Foi aprovado pela Câmara Municipal a emenda Modificativa nº 01/2013 com a seguinte redação:

“Os valores das dotações das diárias do projeto de Lei nº 38/2013, de todos os departamentos da Prefeitura, passara a vigorar com 50% (cinquenta por cento) do total do Orçamento para o exercício de 2014”.

“Os valores dos 50% (cinquenta por cento) que será descontados das dotações das diárias, será aplicado no Departamento de saúde do município”.

Porém, em decorrência dos limites mínimos de aplicação na Educação e Saúde e conforme determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná o orçamento foi elaborado com equilíbrio entre as fontes de recursos, ou seja, igualdade entre receita e despesa por fonte de recurso.

Conforme entendemos a referida emenda ela retira 50% (cinquenta por cento) de todos os valores orçados para diária e estes valores deverão ser destinados para a Saúde, portanto na proposta orçamentária consta valores alocados para diárias com recursos vinculados à Educação (fonte de recurso 1.103) e também vinculados ao IGD – SUAS (fonte de recurso 31.934) conforme segue:

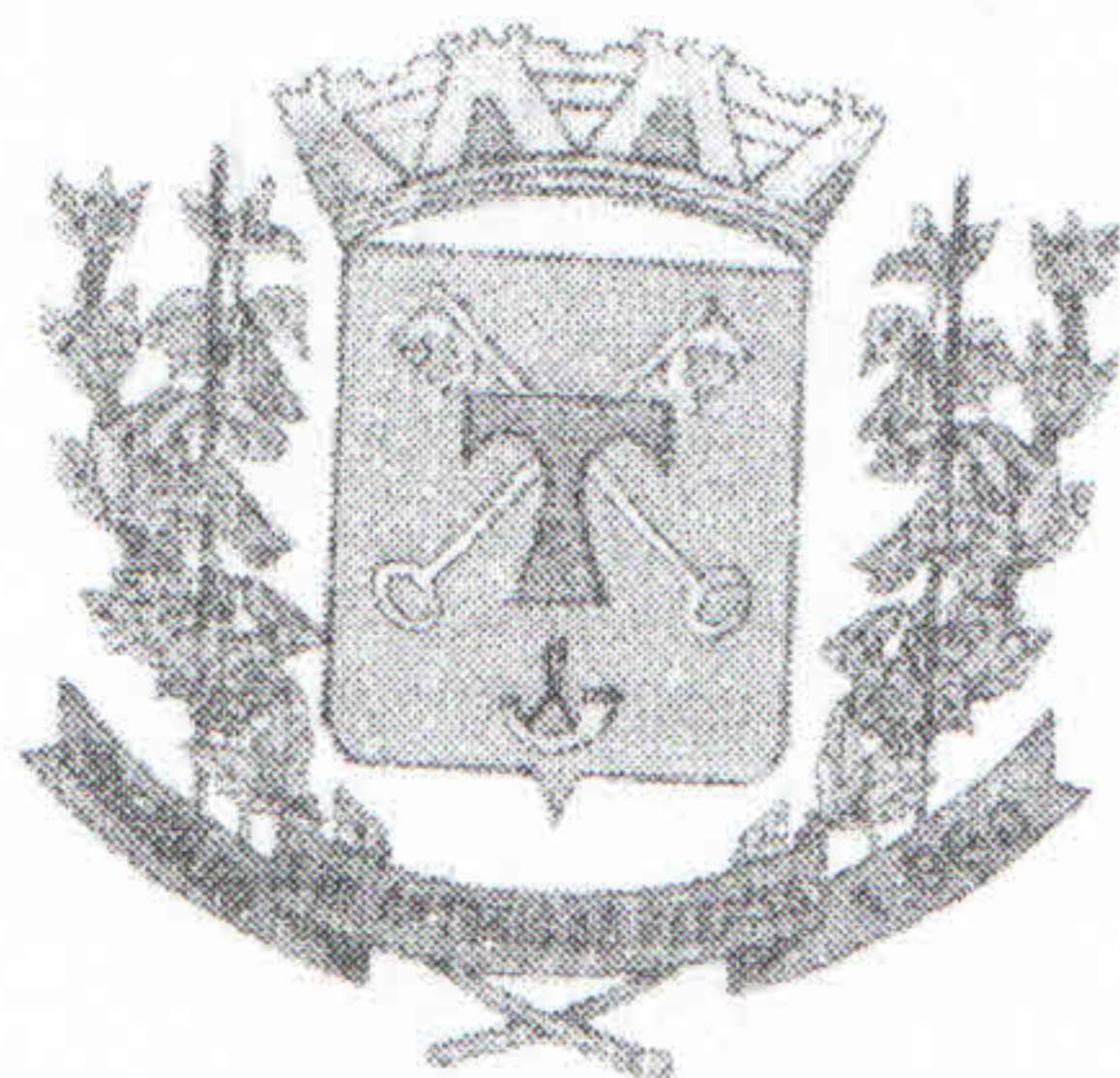
**06.002.08.244.0009.2.051 - IGD - SUAS**

**3.3.90.14.00.00 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL**

Fonte de Recurso 31.934 no valor de R\$ 4.000,00

**07.001.12.361.0010.2.054 - Manutenção da Escola Municipal Professora Izabel Navarro Claro.**





# Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso

CNPJ Nº 75.832.170/0001-31

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 886 - Telefax (043)3224-1151 - Cep: 86315-000

## Santo Antonio do Paraíso - Estado do Paraná

3.3.90.14.00.00 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL

Fonte de Recurso 1.103 no valor de R\$ 2.000,00

07.001.12.361.0010.2.055 - Manutenção do Departamento de Educação

3.3.90.14.00.00 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL

Fonte de Recurso 1.103 no valor de R\$ 3.000,00

07.003.12.365.0010.2.065 - Centro Municipal de Educação Infantil

3.3.90.14.00.00 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL

Fonte de Recurso 1.103 no valor de R\$ 2.000,00

Se cancelarmos parte destas dotações e alocarmos para a Saúde, causaremos desequilíbrio financeiro nestas fontes de recurso, ou seja, elas terão a receita maior do que a despesa o que não é permitido.

Santo Antonio do Paraíso, 13 de novembro de 2013.

  
José Donizete de Lima  
Contador  
CRC-PR 044875/O-3